

ANÁLISE DE CONJUNTURA

Política e Internacional



Acesse nossas redes:

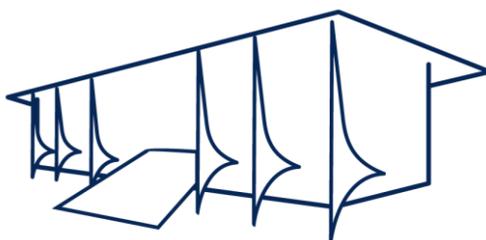


Acesse nosso site: fundacaoidemaio.org.br

A Fundação 1º de Maio apresenta uma Análise de Conjuntura Política e Internacional que aborda os principais acontecimentos do Executivo, Legislativo e Judiciário, além dos principais fatos da política externa brasileira e suas implicações ao país. Esta análise, que será publicada quinzenalmente, buscará trazer reflexões sobre os aspectos institucionais de maior relevância que abarcam as instituições federais da República e uma reflexão mais ampla sobre a conjuntura internacional.

Análise de Conjuntura Política

Nesta edição, excepcionalmente, será abordado um resumo pontual das questões relativas aos seis primeiros meses do corrente ano para permitir uma maior contextualização aos desdobramentos dos acontecimentos e análises nas edições seguintes.



Poder Executivo:

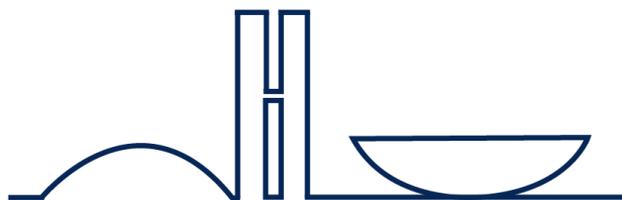
Um dos principais desafios do Governo Lula e que já era de se esperar desde a promulgação do resultado eleitoral para o Congresso Nacional no 1º turno das eleições, era o relacionamento que se estabeleceria com os parlamentares. Uma vez que a maioria dos eleitos para ambas as Casas não é do mesmo espectro ideológico e/ou de partidos aliados ao presidente, evidenciou-se a necessidade de se estabelecer uma comunicação sólida com o Legislativo e que passaria por eventuais concessões. Neste sentido, nos primeiros seis meses de governo se observou, em especial na relação com o Congresso, alguns desgastes para se estabelecer uma articulação eficiente para que, embora não possua maioria consolidada no parlamento, pudesse-se aprovar as matérias caras ao Governo.

Nos primeiros meses de atuação dentro do Congresso Nacional, o Governo Federal experimentou desafios no que diz respeito à sua estrutura ministerial. Diversas mudanças e pressões ocorreram, afetando ministros-chave e gerando um ambiente desconfortável dentro do Planalto. A título de exemplo, algumas pastas foram alvos simbólicos por parte de congressistas que, para buscando exercer pressão sobre o

Executivo, acabaram as desidratando política ou institucionalmente, como ocorrido – a título de exemplo – como os Ministérios do Meio ambiente, Turismo e Saúde.

Todavia, a despeito destes embates ministeriais no âmbito político, o governo obteve retrospecto positivo quando observada a atuação em especial de duas pastas centrais: da Justiça, comandada pelo senador Flávio Dino, e da Fazenda, comandada por Fernando Haddad.

- Ministério do Meio Ambiente: com a aprovação da Medida Provisória 1154/23, que versa sobre a reestruturação dos ministérios do Poder Executivo, o Congresso Nacional impôs à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, uma série de derrotas.
Os parlamentares promoveram diversas modificações na MP, transferindo órgãos essenciais do ministério do Meio Ambiente para outras pastas, tais como a ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) e o CAR (Cadastro Ambiental Rural). Essas alterações representam uma redução significativa do poder e da abrangência da pasta comandada pela ministra Marina Silva, evidenciando um cenário de desafios e pressões políticas dentro do Congresso Nacional.
- Ministério do Turismo: a ministra do Turismo, Daniela Carneiro, encontra-se sob pressão por parte do seu atual partido, o União Brasil, para ser exonerada do cargo de ministra. Líderes do partido na Câmara dos Deputados argumentam que a ministra é uma escolha pessoal do presidente Lula e não está atendendo às demandas e anseios dos deputados.
Existe uma expectativa por parte desses líderes de que a ministra seja exonerada durante a primeira semana de julho, abrindo caminho para que o deputado Celso Sabina (UB-PA) assuma o comando da Pasta.
- Ministério da Saúde: o Ministério da Saúde se tornou alvo de intensa disputa política, com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), buscando articular a indicação de uma nova ministra. No entanto, a ministra atual, Nísia Trindade, é uma indicação técnica e pessoal do presidente Lula, que não demonstra estar disposto a substituí-la. A pasta da Saúde é considerada crucial para o direcionamento de recursos e políticas públicas, tornando-a um alvo cobiçado do grupo.



Poder Legislativo

- Instalação CPIs: um dos principais instrumentos de atuação do poder Legislativo consiste nas Comissões Parlamentares de Inquérito e, neste sentido, o Congresso neste primeiro semestre mostrou-se atuante -em especial a Câmara dos Deputados – ao instalar quatro comissões (três na Câmara dos Deputados e uma mista, com parlamentares de ambas as Casas). Embora sejam quatro – Atos Golpistas, MST, Manipulação no Futebol e Americanas – as principais preocupações do Governo estão centradas na CPI do MST e na CPMI dos Atos Golpistas do dia 8 de janeiro; contudo, a primeira possui menor grau de preocupação e poderio de conturbação institucional que em relação à segunda.
- Arcabouço Fiscal é aprovado no Senado: o Plenário do Senado Federal aprovou neste mês o Projeto de Lei Complementar (PLP) 93/2023 - Arcabouço Fiscal - que estabelece novas regras fiscais para o governo Federal. A aprovação contou com 57 votos a favor e 17 contrários; a matéria já havia sido aprovada anteriormente na Câmara dos Deputados.

O projeto foi conduzido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que demonstrou profissionalismo e habilidade política no diálogo com os parlamentares, recebendo elogios dos deputados e senadores pelo seu empenho em construir um consenso em torno do projeto.

Por ter sofrido alterações no Senado, o texto será encaminhado novamente para análise na Câmara dos Deputados.

- Convocações/convites de ministros: outro ponto que chamou atenção neste primeiro semestre quando analisada a relação do Poder Executivo e Legislativo foram os sucessivos convites – muito embora assim tenham sido transformados, haja vista o movimento político que houve para que convocações fossem – destinados aos ministros de Estado para

comparecerem a audiências públicas na Câmara dos Deputados. Segundo o líder do governo na Casa, deputado José Guimarães, ao todo foram apresentados 206 convites. Todavia, a avaliação é de que os ministros ao comparecerem nas audiências tenham se saído muito bem, trazendo dados que fundassem suas atuações e preparo institucional para o debate em especial com deputados opositores. Em destaque o ministro Flávio Dino – principal alvo dos requerimentos - que reiteradas vezes compareceu à Câmara e logrou êxito quando confrontado nas audiências.



Poder Judiciário:

- Bolsonaro torna-se inelegível: o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) concluiu nesta sexta-feira (30) – na última sessão antes do recesso forense - uma ação movida pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, na qual o partido alegava abuso de poder político. O TSE reconheceu a ação e, por uma maioria de 5 votos a 2, o colegiado decidiu tornar o ex-presidente inelegível pelos próximos 8 anos. A defesa de Bolsonaro anunciou que irá apresentar um recurso ao STF (Supremo Tribunal Federal).
- Zanin é aprovado em sabatina no Senado: o Plenário do Senado Federal aprovou neste mês a indicação do advogado Cristiano Zanin para ocupar uma vaga de ministro no STF). Zanin passou por uma sabatina de aproximadamente 8 horas e obteve a aprovação de 58 votos a favor e 18 votos contrários.

Ele assumirá a posição que era ocupada anteriormente pelo ex-ministro Ricardo Lewandowski, que se aposentou este ano. Vale ressaltar que a

indicação de Zanin foi feita pelo presidente Lula, e espera-se que ele permaneça como ministro da Suprema Corte por mais de duas décadas.

Por fim, os últimos seis meses revelaram desafios significativos para o Governo Lula, especialmente em relação ao estabelecimento e construção de uma base sólida no Congresso Nacional. Apesar disso, foi possível avançar em pautas prioritárias, a exemplo do Novo Arcabouço Fiscal.

Outro fator que deverá impactar o cenário nacional, a condenação do ex-presidente Bolsonaro, tornado inelegível pelo TSE, irá trazer novas movimentações na esfera político institucional do país.

Análise de Conjuntura Internacional 15 a 30 de junho de 2023

Nesta quinzena, destaca-se a atuação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para desempenhar um papel ativo no cenário internacional, com uma série de importantes compromissos e visitas diplomáticas. Durante a 53ª Assembleia Geral da OEA (Organização dos Estados Americanos) em Washington, o Brasil assumiu uma posição de destaque ao assinar uma resolução criticando o regime da Nicarágua, demonstrando sua preocupação com as violações dos direitos humanos nesse país. Além disso, Lula embarcou em uma viagem à Itália e ao Vaticano, onde se reuniu com líderes políticos, discutindo questões como o acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia.

Posteriormente, o presidente brasileiro seguiu para Paris, onde teve encontros com líderes internacionais e participou de uma cúpula global sobre financiamento. Durante sua estadia na França, Lula reiterou o compromisso do Brasil em combater o desmatamento na Amazônia e fortaleceu os laços entre os dois países, que são importantes parceiros comerciais. Essas recentes atividades de Lula no cenário internacional refletem a busca do Brasil por uma maior projeção global e sua determinação em abordar questões fundamentais, como direitos humanos, comércio e meio ambiente.

Por fim, o presidente argentino, Alberto Fernández, visitou o Brasil em comemoração aos 200 anos das relações diplomáticas entre os dois países. O encontro entre Lula e Fernández marca a retomada da parceria estratégica bilateral, que teve início com a visita de Lula à Argentina em janeiro. As relações comerciais entre o Brasil e a Argentina desempenham um papel crucial na integração sul-americana, sendo a Argentina o terceiro principal parceiro comercial do Brasil.

- 53ª Assembleia Geral da OEA (Organização dos Estados Americanos):

A secretária-geral das Relações Exteriores, Embaixadora Maria Laura da Rocha, liderou a delegação brasileira na 53ª Assembleia Geral da OEA (Organização dos Estados Americanos) em Washington, nos Estados Unidos, de 21 a 23 de junho. A OEA é uma organização regional com foco em democracia, direitos humanos, segurança multidimensional e desenvolvimento integral, sendo o Brasil um membro fundador. O lema do evento foi "Fortalecimento de uma cultura de responsabilidade democrática com promoção, proteção e igualdade dos direitos humanos nas Américas", proporcionando uma oportunidade para os países das Américas encontrarem soluções conjuntas para desafios compartilhados.

Durante a Assembleia Geral, o Brasil assinou uma resolução da OEA com críticas ao regime da Nicarágua. A resolução, apoiada por todos os países membros, pede que a Nicarágua cesse as violações dos direitos humanos e respeite os direitos civis e políticos, incluindo liberdades religiosas e o Estado de Direito.

Embora o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha tido proximidade com o ditador da Nicarágua, Daniel Ortega, e evite críticas contundentes ao governante, o Brasil se manifestou sobre o caso em fóruns multilaterais sob pressão. Inicialmente, o país optou por não aderir a uma declaração conjunta de 50 países que denunciavam os crimes contra a humanidade cometidos pelo regime de Ortega. Posteriormente, em um pronunciamento separado no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, o Brasil reconheceu a gravidade das

violações e ofereceu acolhida aos dissidentes que perderam a nacionalidade por ordem de Ortega.

- Agenda na Itália e Vaticano - 20 a 22 de junho: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou uma visita oficial à Itália e ao Vaticano entre os dias 20 a 22 de junho. Durante a visita, ele se encontrou com a primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, o presidente Sergio Mattarella, o prefeito de Roma, Roberto Gualtieri, e teve uma audiência com o papa Francisco.

A visita de Lula teve como objetivo fortalecer a presença do Brasil no cenário internacional e destacar a importância estratégica da Itália como parceiro político. Durante o encontro com Mattarella, eles discutiram o acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia, bem como a expansão do intercâmbio comercial e acadêmico entre os dois países. O encontro com Gualtieri teve um caráter mais pessoal, com discussões sobre o cenário político no Brasil e na Europa.

No encontro com o papa Francisco, Lula expressou gratidão pela "boa conversa sobre a paz no mundo". A visita fazia parte da agenda de Lula durante sua estadia na Europa.

O relacionamento bilateral entre Brasil e Itália é considerado uma Parceria Estratégica desde 2007, baseado em afinidades históricas, econômicas e culturais. A presença de mais de 30 milhões de descendentes de italianos no Brasil e de mais de 100 mil brasileiros residentes na Itália fortalece esses laços. Em 2022, a Itália foi o 13º parceiro comercial do Brasil, com destaque para as exportações e importações entre os dois países. Os investimentos italianos no Brasil também têm crescido, atingindo US\$ 17,7 bilhões em 2021.

- Agenda em Paris - 22 e 23: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou uma visita à França entre os dias 22 e 23 de junho. Durante sua estadia, ele teve uma série de encontros com líderes internacionais. Em Paris, Lula se encontrou com o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, para discutir assuntos relacionados aos Brics, grupo que inclui Brasil, África do Sul, China, Índia e Rússia. Em seguida, ele teve reuniões com o presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel, e com o primeiro-ministro do Haiti, Ariel Henry.

Lula participou da Cúpula para o Novo Pacto de Financiamento Global, que reuniu chefes de Estado de todo o mundo. No dia seguinte, ele teve um almoço de trabalho com o presidente francês, Emmanuel Macron, onde abordaram questões como o combate ao desmatamento, a guerra entre Ucrânia e Rússia e as divergências que impedem a entrada em vigor do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia. Além desses compromissos, Lula fez um discurso em um festival que reúne apresentações musicais e discursos de líderes mundiais, a convite do vocalista da banda Coldplay, Chris Martin. Durante seu pronunciamento, reiterou o compromisso de zerar o desmatamento na Amazônia até 2030 e expressou sua determinação em preservar a floresta.

É importante destacar que a relação entre o presidente francês e o líder brasileiro é positiva, diferentemente do que ocorreu com o ex-presidente Jair Bolsonaro. No governo anterior, houve trocas de críticas entre Brasil e França em relação à preservação da Amazônia, inclusive com ofensas de Bolsonaro à primeira-dama francesa, Brigitte Macron. Com a eleição de Lula, houve uma reaproximação entre os governos dos dois países. Lula e Macron já conversaram por telefone em janeiro e se reuniram em maio, no Japão, durante uma reunião do G7.

O Brasil é o principal parceiro comercial da França na América Latina, com um fluxo comercial que atingiu US\$ 8,4 bilhões no ano passado. O Brasil importa produtos manufaturados da França, como motores e máquinas, enquanto

exporta farelo de soja, petróleo bruto, minério de ferro e celulose para o país europeu.

- Presidente da Argentina realiza visita oficial ao Brasil - 26 de junho: a convite do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente da República Argentina, Alberto Fernández, realizou em 26 de junho uma visita de Estado ao Brasil, marcando a celebração dos 200 anos das relações diplomáticas entre os dois países. Além do encontro com o presidente Lula, o mandatário argentino foi recebido pelos presidentes do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal.

A Argentina tem um significado especial nessa história, sendo o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil e estabelecer relações diplomáticas conosco. O governo brasileiro atribui grande importância às relações com a Argentina, considerando-as estratégicas e prioritárias, pois elas representam um eixo fundamental para o MERCOSUL e o processo de integração sul-americana. Essa visita de Estado ocorreu em um momento crucial para a retomada da parceria estratégica bilateral, que teve início com a visita do presidente Lula à Argentina em 23 de janeiro. Na ocasião, foi assinada uma declaração conjunta com múltiplos compromissos que fortaleceram ainda mais os laços entre os dois países.

Vale ressaltar que a Argentina é o terceiro principal parceiro comercial do Brasil. No ano de 2022, as exportações brasileiras para a Argentina alcançaram o valor de US\$ 15,3 bilhões, enquanto as importações de produtos argentinos chegaram a US\$ 13 bilhões. O comércio bilateral, marcado por seu alto valor agregado, desempenha um papel estratégico para o desenvolvimento e a industrialização de ambos os países.

Por fim, essas atividades diplomáticas acima elencadas demonstram a determinação do presidente brasileiro em reconstruir a imagem do país ao abordar desafios globais e promover ações concretas para enfrentá-los.

Com isso, o Brasil busca não apenas ampliar sua projeção internacional, mas também reafirmar seu compromisso com valores democráticos, direitos humanos e sustentabilidade ambiental. As ações recentes de Lula no cenário internacional sinalizam um novo capítulo na política externa brasileira, onde o país procura assumir um papel de liderança na resolução de questões globais e na busca por um mundo mais justo e equilibrado.

Expediente

Redação – Análise política: Jaime Matos – Cientista político e especialista em relações governamentais

Redação – Análise internacional: Fábio Lopes – Analista internacional

Revisão: Henrique Cardoso – Cientista político e especialista em relações governamentais

Coordenação: Cairo Tavares – Cientista político e mestre em administração pública

Diretoria

Samanta Costa – Presidente

Ariete Macedo – Vice-presidente

Andrea Envall - Diretora financeira

Maria Izabel Simões – Vice-diretora financeira

Guilherme M. Martinelli – Diretor-executivo

Paulo Henrique Santos – Diretor-executivo

Adilson Borges – Diretor técnico

Geovanna Ribeiro – Diretora técnica

Kelps Lima – Diretor de projetos e programas políticos

Paulo Pequeno - Diretor de projetos e programas políticos

Sandoval Fernandes – Diretor de planejamento estratégico

Giovanna Macedo – Diretora de planejamento estratégico